

Projeto CITinova II - Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos
Inovadores em Tecnologias Urbanas no Brasil

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA
ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETO-PILOTO DE
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) HÍDRICO, EM BELÉM, NO
ESTADO DO PARÁ.**

Brasília, dezembro de 2025



O Projeto GEF-7 CITInova II - “Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos Inovadores em Tecnologias Urbanas no Brasil”, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), foi celebrado entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O Projeto CITInova II tem como parceiros estratégicos o Ministério das Cidades (MCID) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O projeto tem por objetivo a redução de emissão de gases de efeito estufa, o fortalecimento da conservação da biodiversidade e a obtenção de cobenefícios econômicos, sociais e ambientais por meio de planejamento urbano integrado.

O projeto está sendo executado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Brasil (PNUMA-BR) e pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), sob liderança do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e supervisão do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) como Agência Implementadora do GEF.

O Projeto inclui atividades nos níveis nacional e local, em três regiões brasileiras: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Metropolitana de Florianópolis e Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina. As atividades estão organizadas em quatro componentes, quais sejam:

Componente 1: fortalecimento da governança metropolitana, desenvolvimento de planos metropolitanos integrados e desenvolvimento de sistemas de informações geoespaciais.

Componente 2: Implementação de pilotos para teste de soluções de baixa emissão de carbono e de gestão e conservação da biodiversidade.

Componente 3: fortalecimento de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento urbano sustentável e capacitação de entes federativos para acesso a financiamento.

Componente 4: Disseminação de conhecimento e capacitação para o planejamento urbano sustentável.

De forma específica, o Projeto-Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) Hídrico que será implementado no Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna (PEUt), na cidade de Belém, está integrado ao Componente 3 do Projeto CITInova II, e corresponde ao resultado 3.3, tendo o objetivo principal de gerar um mecanismo de financiamento inovador para melhorar a conservação e provisão das Contribuições da Natureza para as Pessoas, sobretudo aqueles de caráter hídricos, obtendo assim benefícios para as comunidades do entorno e para toda a população da Região Metropolitana de Belém.

2. JUSTIFICATIVA



O PEUt está localizado no município de Belém e sob a gestão do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio), possui cerca de 1.400 hectares de floresta tropical, com alta biodiversidade, e é classificado como Unidade de Conservação de Proteção Integral. Nele, estão situados os lagos Água Preta e Bolonha, responsáveis por aproximadamente dois terços da água que abastece a Região Metropolitana de Belém (RMB).

Apesar de sua importância ecológica e social, o PEUt sofre pressões contínuas decorrentes da expansão urbana desordenada, incluindo ocupações irregulares, ausência de infraestrutura de saneamento e descarte inadequado de resíduos, que comprometem a qualidade da água e ameaçam os ecossistemas locais.

O Plano de Manejo do PEUt, instituído pela Portaria n.º 773/2013, já prevê a implementação de um subprograma de serviços ambientais¹, o qual inclui a criação de um sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção das Contribuições da Natureza para as Pessoas² prestadas pelo Parque. Essa diretriz converge com o arcabouço normativo vigente nas esferas federal, estadual e municipal, em especial a Lei Federal n.º 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e a Lei n.º 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta última, em seus artigos 47 e 48, determina que usuários de recursos hídricos e energia elétrica que se beneficiam da proteção de unidades de conservação devem contribuir para a sua manutenção.

O Estado do Pará está aprimorando a implementação de seu Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais, com base nas legislações vigentes, como a Política Estadual do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 5.887, de 9 de maio de 1995; o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído pelo Decreto n.º 941, de 3 de agosto de 2020; a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA), instituída pela Lei n.º 9048, de 29 de abril de 2020; o Plano de Bioeconomia do Estado do Pará (PlanBio), instituído no Decreto n.º 1.943/2021; e o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), regulamentado pelo Decreto n.º 3.527 de 20 de novembro de 2023. Também se destacam o Programa de atuação integrada para Território Sustentáveis (PTS) o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN).

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), uma nova etapa do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais com enfoque hídrico está sendo discutida e isso faz parte do processo de consolidação destas macros políticas ambientais e climáticas no Estado do Pará, voltadas à conservação dos ecossistemas e à valorização dos serviços ambientais. Nesse sentido, a estruturação de um sistema de

¹ Programa Manejo dos Recursos Naturais, Subprograma Serviços Ambientais, página 284 do Plano de Manejo do Parque Estadual do Utinga (Portaria nº 773/2013)

² A Contribuição da Natureza para as Pessoas é definida como todas as contribuições positivas, ocasionalmente negativas, que as pessoas obtêm da natureza. A expressão é derivada da definição de serviços ecossistêmicos do Millenium Ecosystem Assessment. Desta forma ampla, o conceito dá conta de englobar diferentes sistemas de conhecimento e visões de mundo sobre a relação homem-natureza. Cabem neste termo tanto as perspectivas utilitaristas, como a produção de alimentos, quanto as perspectivas sagradas, como aquelas que entendem a Terra como um ser vivo venerável. Inclui-se igualmente neste conceito possíveis aspectos negativos (por exemplo, doenças tropicais transmitidas por vetores) [...] classificadas em três grupos:

a) Contribuições regulatórias – Aspectos funcionais e estruturais de organismos e ecossistemas que modificam as condições ambientais da vida das pessoas e ou sustentam ou regulam a geração de benefícios materiais e não materiais. Por exemplo: purificação da água, regulação do clima, erosão do solo. Via de regra não são percebidas diretamente pelas pessoas.

b) Contribuições Materiais – Substâncias, objetos, ou outros elementos da natureza que sustentam a existência física e de infraestrutura fundamentais para a sociedade humana. Cabem neste grupo alimentos de origem animal e vegetal, produção de energia, materiais para construção de habitações, ornamentação, entre outros.

c) Contribuições não Materiais – Refere-se às contribuições da natureza para a qualidade de vida em uma dimensão subjetiva ou psicológica individual e/ou coletiva das pessoas. As entidades que fornecem essas contribuições intangíveis podem ser fisicamente consumidas no processo (por exemplo, animais em pesca recreativa, rituais ou caça) ou não (por exemplo, a sombra de uma árvore ou paisagens como fontes de inspiração).

Fonte: <https://www.bpbns.net.br/contribuicoes-da-natureza-para-as-pessoas/>



PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento dialoga diretamente com esse esforço, funcionando como uma experiência piloto estratégica, com potencial de replicabilidade em outros territórios e instrumentos da política estadual em construção.

Diante deste cenário, a contratação de serviços de consultoria especializada para a estruturação e implementação de um Projeto-Piloto de PSA Hídrico para o PEUt e sua zona de amortecimento deve contemplar aspectos socioeconômicos, jurídicos, administrativos e financeiros necessários para o fortalecimento das Contribuições da Natureza para as Pessoas. Essa ação contribui com os esforços que vem sendo realizados em nível estadual e também para o fortalecimento de mecanismos inovadores para a conservação ambiental na RMB.

3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de uma consultoria técnica especializada, na forma de pessoa jurídica, que será responsável por estruturar e implementar um Projeto-Piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Hídrico no Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna (PEUt) e em sua zona de amortecimento, com foco na valorização dos serviços ambientais já prestados e no estímulo à geração de novos serviços, por meio de incentivos.

A proposta contará com duas fases, sendo elas estruturação e implementação – e deverá ser executada com base nos termos e prazos descritos nos próximos itens. Importante ressaltar que este Projeto-Piloto integra estratégias de planejamento urbano sustentável, e será incorporado às estruturas de governança metropolitana, integrado às legislações vigentes, sendo imprescindível o alinhamento com a Equipe do Projeto CITInova II e o diálogo com atores locais.

Ao final das atividades e entregas, por meio do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, espera-se alcançar melhorias na conservação e manutenção das Contribuições da Natureza para as Pessoas prestados à Região Metropolitana de Belém (RMB).

4. OBJETIVO GERAL

O principal objetivo desta contratação é estruturar o Projeto-Piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Hídrico no Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna (PEUt) e em sua zona de amortecimento.

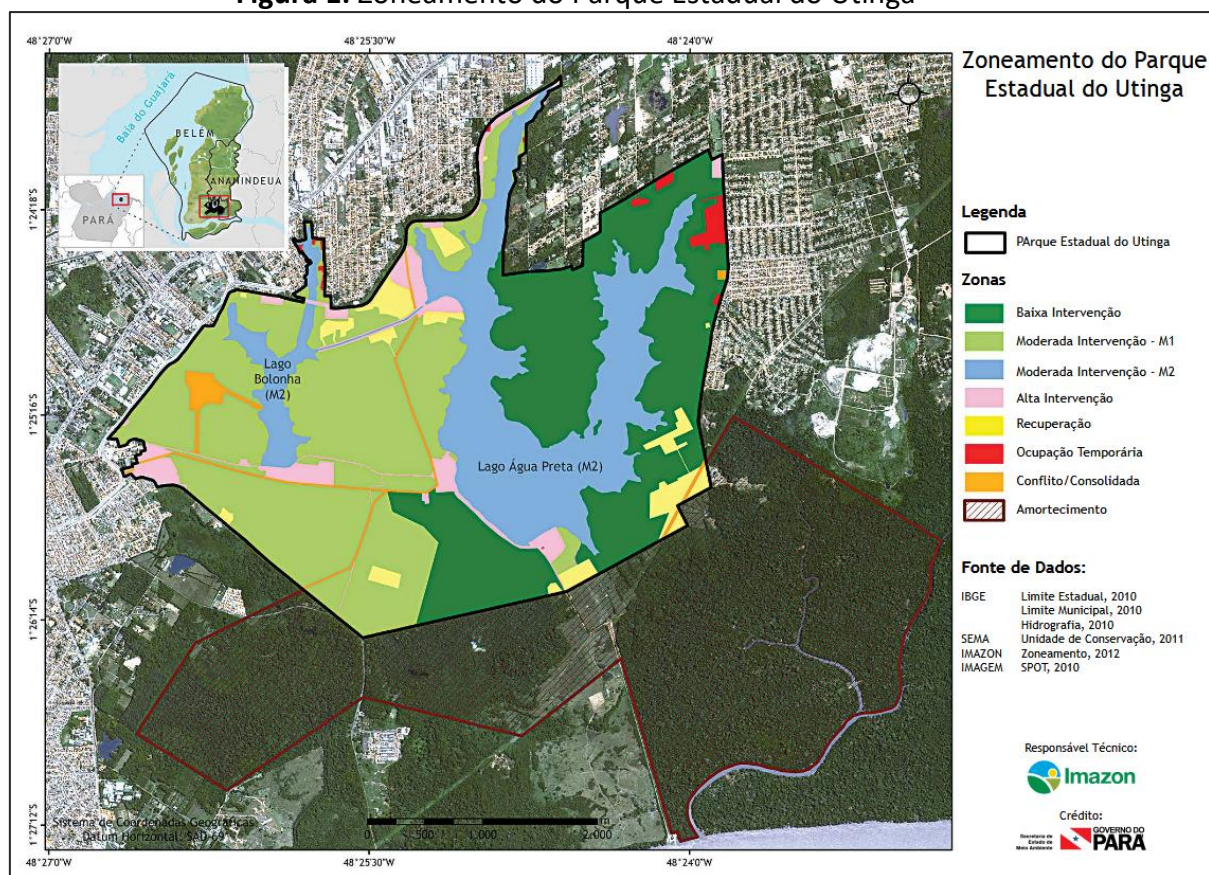
5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O presente Termo de Referência tem como área de abrangência o Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna (PEUt) e sua zona de amortecimento, conforme **Figura 1**.

Localizado em Belém, capital do Estado do Pará. O PEUt é uma Unidade de Conservação de relevante importância socioambiental, especialmente no que diz respeito à proteção dos recursos hídricos que abastecem a Região Metropolitana de Belém (RMB).

O parque abriga os lagos Bolonha e Água Preta, principais mananciais responsáveis pelo fornecimento de água potável a grande parte da população da capital paraense e de municípios vizinhos. Em um contexto urbano marcado por intensas pressões antrópicas, como expansão urbana desordenada, poluição e ocupações irregulares, a conservação dos ecossistemas do PEUt e de sua zona de amortecimento é essencial para garantir a segurança hídrica e a manutenção das Contribuições da Natureza para as Pessoas estratégicas para a garantia do bem-estar da população local e a resiliência ambiental da região.

Figura 1: Zoneamento do Parque Estadual do Utinga



Fonte: [Plano de Manejo Parque Estadual do Utinga – Resumo Executivo \(2013\)](#)

6. DIRETRIZES DE EXECUÇÃO

a. Diretrizes Gerais

Os serviços de consultoria, objeto deste contrato, seguirão as orientações da Direção Nacional do Projeto, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Equipe Gestora do Projeto, composta por integrantes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Os pontos focais para a implementação das atividades, no que se refere à Equipe técnica, serão a Coordenação Técnica e Nacional do Projeto e a Coordenação Técnica

Metropolitana da Região Metropolitana de Belém (RMB), ambas também como parte da Equipe Gestora do Projeto.

Para a execução das atividades, será constituído um Grupo de Trabalho (GT), que contemplará a participação de membros da estrutura do Grupo Consultivo Local do projeto CITInova II na RMB. A Coordenadora Técnica Metropolitana da RMB junto às partes interessadas identificadas e mobilizadas, deverão participar das atividades de desenho do Projeto-Piloto de Pagamento por Serviços Ambientais, para fins de gestão do conhecimento e acompanhamento das ações realizadas.

O desenho do Projeto-Piloto deverá considerar o arcabouço legal vigente em nível nacional, estadual e municipal. Importante considerar experiências e aprendizados mapeados a partir da implementação de outros modelos de PSA na RMB, a fim de garantir uma proposta alinhada à realidade local.

As atividades descritas neste termo de referência articulam-se também com outras entregas do projeto CITInova II e deverão seguir as diretrizes, indicadores, resultados esperados e demais informações constantes no Documento do Projeto³. A consultoria deverá participar de reuniões de alinhamento, promover trocas de experiência e incorporar lições aprendidas ao longo da execução.

Deverão ser conduzidas, consultas e diálogos com atores-chaves da RMB. É necessário incluir as comunidades e pessoas envolvidas diretamente nas atividades, considerando ainda os grupos vulnerabilizados que serão beneficiados, e que vivem na zona de amortecimento do Parque Estadual do Utinga.

b. Diretrizes de Gênero

Deverá ser incluída a abordagem de gênero de forma transversal, tomando como base as diretrizes do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5, definido pela Agenda 2030. Para isto ocorrer, recomenda-se:

- Garantir que a equipe de trabalho da consultoria tenha as capacidades e os conhecimentos necessários quanto às questões de gênero, de modo que os olhares e ações sejam sensíveis e inclusivos.
- Realizar análises que incorporem a perspectiva de gênero desde o início do planejamento até a fase de implementação do PSA Hídrico no PEUt. E sempre que possível, que sejam incluídos recortes etários, identitários e raciais.
- Aplicar metodologias que integram a perspectiva de gênero, a fim de reunir informações sobre a temática no âmbito local, por meio de dados e indicadores específicos. Importante sempre documentar boas práticas e lições aprendidas neste âmbito.

³ Para fins deste edital, considera-se o Documento do Projeto o pacote endossado pelo CEO do GEF no dia 18 de dezembro de 2021, considerando suas revisões posteriores.

- Promover a participação social em todas as atividades desenvolvidas, de forma igualitária e equitativa ao gênero, sendo este um compromisso que deve ser refletido nas entregas.

7. DEFINIÇÃO DE PRODUTOS POR ETAPAS

A CONTRATADA desenvolverá suas atividades em duas fases, de elaboração e implementação do PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, sendo as entregas dos produtos divididas em 10 etapas. Durante a FASE 1, de Elaboração, são contidas as etapas de análises iniciais, desenho e validação da proposta de Piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Na FASE 2, de Implementação, tem-se a aplicação, monitoramento, boas práticas e análises finais. A Tabela 1 apresenta mais detalhes sobre estas etapas e um resumo dos produtos:

Tabela 1 - Etapas e produtos associados

Nº	Etapas	Produtos
1	Elaboração de plano de trabalho, Plano de Comunicação e Engajamento	1.1 - Plano de trabalho e matriz de marco lógico 1.2 - Plano de Comunicação e Engajamento
2	Diagnóstico Socioambiental, Jurídico e Institucional do PEUt	2.1 – Diagnóstico Socioambiental 2.2 – Diagnóstico Jurídico e Institucional
3	Diagnóstico Participativo do PEUt e sua zona de amortecimento	3 – Documento de Diagnóstico Participativo do PEUT e sua zona de amortecimento
4	Estudo de viabilidade técnica e financeira para o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	4 – Documento síntese de viabilidade do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento
5	Proposta de Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	5 – Documento de Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt sua zona de amortecimento
6	Validação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	6.1 – Relatório do Processo de Consulta Pública sobre o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento



		6.2 – Documento Final Validado do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.
7	Institucionalização do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	7 – Proposta de institucionalização do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.
8	Implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	8 – Aplicação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.
9	Consolidação de Monitoramento e Avaliação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	9 – Documento Consolidado do Monitoramento e Avaliação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.
10	Registro de lições aprendidas, boas práticas e experiências	10 - Relatório de lições aprendidas, boas práticas e experiências.

A seguir a descrição detalhada as etapas:

Etapas 1: Elaboração de Plano de Trabalho, Matriz de Marco Lógico e Plano de Comunicação e Engajamento

Produto 1.1 – Plano de Trabalho e Matriz de Marco Lógico

Atividades:

1.1.1 - Reunir com a Equipe Gestora do Projeto CITInova II para alinhamento inicial.

1.1.2 - Elaborar o plano de trabalho que contenha o cronograma e o detalhamento das atividades e a metodologia a ser utilizada, com bibliografia de referência.

1.1.3 - Elaborar a matriz de marco lógico contendo descrição dos produtos e atividades com seus respectivos objetivos de impacto e indicadores de resultados.

Produto 1.2 – Plano de Comunicação e Engajamento



Atividades:

1.2.1 - Elaborar o plano de comunicação e engajamento com definição clara de objetivos, públicos-alvo, mensagens-chave, canais de comunicação, cronograma de atividades e enfoques estratégicos alinhados com as metas e a estratégia de comunicação do Projeto CITInova II;

1.2.2 - Mapear e articular atores locais chaves, definindo junto da Coordenação Técnica Metropolitana a participação no Grupo de Trabalho (GT) referente ao PSA;

1.2.3 - Construir o plano de engajamento, com estratégias de participação contínuas e eficazes de todas as partes interessadas, facilitando o diálogo entre os diferentes atores;

1.2.4 – Identificar canais de comunicação e definir estratégias para cada um deles, com enfoques direcionados a cada grupo de atores chaves;

1.2.5 - Ampliar acesso à informação referente a PSA Hídrico e Contribuições da Natureza para as pessoas, por meio da produção de materiais gráficos com linguagem acessível;

1.2.6 – Garantir a realização das atividades de forma inclusiva e participativa, mantendo a mobilização e engajamento dos atores locais, considerando a perspectiva de gênero e diversidade;

1.2.7 – Registrar as ações, estabelecendo uma periodicidade de entrega dos arquivos para a Assessoria de Comunicação do Projeto CITInova II;

1.2.8 - Criar materiais de comunicação que favoreçam a implementação e divulgação das atividades, utilizando a identidade visual do Projeto CITInova II como apoio gráfico.

1.2.9 – Alinhar sempre com a Assessora de Comunicação do CITInova II as entregas e formatos.

Etapa 2: Diagnóstico Socioambiental, Jurídico e Institucional do PEUt

Os diagnósticos dão base para o trabalho a ser desenvolvido para o Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, e serão feitos a partir de dados secundários. Considerando que existem documentos técnicos recentes de estudos elaborados neste contexto, a proposta é que os produtos a seguir complementem e sistematizem o que já existe disponível, a partir dos órgãos competentes, especialmente Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e IDEFLOR-Bio, além de outros estudos e dados relevantes encontrados ou disponibilizados.

Produto 2.1 – Diagnóstico Socioambiental

Atividades:



2.1.1 – Consultar o Grupo de Trabalho para solicitar dados e documentos já disponíveis em nível do PEUt e sua zona de amortecimento.

2.1.2 - Sistematizar as características físicas e bióticas do PEUt e sua zona de amortecimento, identificando as principais Contribuições da Natureza para as pessoas prestadas, sobretudo no âmbito hídrico.

2.1.3 – Analisar a disposição ecológica do PEUt, sobretudo dos Lagos Água Preta e Bolonha, de modo a identificar a atual condição e suas principais funções (consultar pontos focais sobre estudos já desenvolvidos).

2.1.4 – Identificar cenários climáticos que interferem na dinâmica do PEUt e sua zona de amortecimento, incluindo fatores de fontes de calor e regime das chuvas (consultar pontos focais se existem estudos já desenvolvidos).

2.1.5 - Listar os principais impactos e fontes de poluição já existentes que dificultam a manutenção e conservação dos bens e serviços no PEUt.

2.1.6 – Construir um documento síntese com as principais informações que serão utilizadas para dar base ao Projeto-Piloto do PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

Produto 2.2 – Diagnóstico Jurídico e Institucional

Atividades:

2.2.1 - Consultar o Grupo de Trabalho para disponibilizar documentos e diagnósticos, jurídicos e institucionais, já realizadas no âmbito do PEUt e de mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais desenvolvidos na Região Metropolitana de Belém ou no Estado do Pará.

2.2.2 - Avaliar documentos estratégicos referentes à gestão do PEUt, identificando estrutura de governança e dispositivos que amparam ou orientam a criação de mecanismos de PSA.

2.2.3 - Listar os marcos normativos, jurídicos e institucionais vigentes em nível nacional, estadual e municipal, aplicáveis ao contexto do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

2.2.4 - Identificar lacunas ou barreiras legais e institucionais que possam comprometer a implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

2.2.5 – Construir um documento síntese de orientações jurídicas e institucionais para a implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

Etapa 3: Diagnóstico Participativo do PEUt e sua Zona de Amortecimento

Esta etapa visa elaborar um Diagnóstico Participativo no âmbito do PEUt e sua zona de amortecimento, com o principal objetivo de ampliar o conhecimento local e de obter dados mais concretos que ajudem a compreender o contexto, desafios e oportunidades na área de implementação do PSA Hídrico, a partir da visita in loco, a partir do uso de metodologias participativas que incluam os atores locais.

Produto 3.1 – Documento de Diagnóstico Participativo do PEUt e sua zona de Amortecimento

Atividades:

3.1.1 – Identificar os impactos e conflitos socioambientais existentes no PEUt e na sua zona de amortecimento, apontando áreas críticas que demandem atenção no escopo do Projeto-Piloto de PSA Hídrico.

3.1.2 – Caracterizar a população que vive na zona de amortecimento do PEUt, a partir de entrevistas e visitas in loco, em termos socioeconômicos e das condições de vulnerabilidade socioambiental e climática.

3.1.3 – Mapear zonas prioritárias que poderão ser incluídas como beneficiárias do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

3.1.4 – Identificar as práticas e saberes locais que se alinham à conservação ambiental ao redor do PEUt, incluindo projetos socioambientais existentes em sua zona de amortecimento.

3.1.5 – Consultar frequentadores do parque para analisar os principais usos do PEUt, listando as principais práticas existentes, sejam sustentáveis ou não.

3.1.6 – Caracterizar o PEUt e sua zona de amortecimento por meio de metodologias participativas, demonstrando desafios e oportunidades a partir das relações existentes com a população de sua zona de amortecimento.

3.1.7 – Consultar e identificar principais temas e interesses que podem ser desenvolvidos em processos de capacitação e educação socioambiental.

3.1.8. Dialogar com técnicos e gestores do PEUt, para entender a situação atual em que se encontra e o funcionamento da estrutura de governança.

3.1.9 – Verificar com os atores locais os principais mecanismos e estratégias que poderiam ser viáveis a nível do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.



3.1.10 - Consolidar um documento do Diagnóstico Participativo que incluam os registros dos processos realizados e identificando os aspectos mais relevantes para dar base ao Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

Etapa 4: Estudo de viabilidade técnica e financeira do Projeto-Piloto de PSA hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

Esta etapa visa avaliar a viabilidade técnica e financeira para implementação de um Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento com base em potenciais fontes de financiamento, custos operacionais e estratégias de precificação, incluindo beneficiários, além das disposições na estrutura de governança que viabilizem à execução continuada.

Produto 4 – Documento síntese de viabilidade do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

Atividades:

4.1 – Sistematizar propostas para o Projeto-Piloto de PSA Hídrico, identificando os instrumentos, normas e atores a serem envolvidos.

4.2 – Listar as fontes de recursos possíveis para a estruturação do mecanismo de financiamento e oportunidades de captação de recursos, seja via instrumentos legais e/ou outros potenciais pagadores.

4.3 - Avaliar e estimar os custos associados à implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

4.4 - Desenvolver uma metodologia de precificação das Contribuições da Natureza para as Pessoas, com base em critérios técnicos, ambientais e econômicos, considerando abordagens que incluam disposição a pagar e incentivos por manutenção e conservação no PEUt e sua zona de amortecimento.

4.5 - Propor arranjos de governança adequados para o PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, que garantam a segurança jurídica, estabilidade e eficácia a longo prazo.

4.6 – Elaborar um documento técnico síntese, integrando a análise de viabilidade técnica e financeira com estimativas de receitas e custos associados à sustentabilidade a longo prazo, com propostas viáveis para embasar a melhor escolha do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

4.7 – Reunir com o Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica do Projeto CITInova II para apresentar possibilidades e validar uma escolha para o Escopo do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

Etapas 5: Proposta de Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

Esta etapa buscará consolidar a melhor proposta para o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, com base nas informações já coletadas nas etapas anteriores. Sendo assim, o produto esperado é um documento contendo proposta mais viável para a implementação, que já inclua as questões técnicas, jurídicas e financeiras, além das ações, os arranjos de governança, plano de ação e o plano de monitoramento e avaliação.

Produto 5 – Documento de Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

Atividades:

5.1 – Definir a estrutura de governança, incluindo as responsabilidades de cada ator envolvido, de modo que se garanta a eficiência, transparência e continuidade do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

5.2 – Consolidar um cronograma de acompanhamento periódico de implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

5.3 - Construir um Plano de Ação Integrado para ser executado na etapa de implementação, para garantir uma base de continuidade do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, de modo que os atores locais consigam visualizar estratégias de execução a longo prazo. É importante que esta parte do documento contenha proposições e/ou diretrizes que ajudem tanto a potencializar as soluções a partir dos recursos investidos no piloto, quanto a melhora continuada da governança entre os atores locais.

5.4 - Elaborar o Plano de Monitoramento e Avaliação, definindo os indicadores relevantes que serão acompanhados durante a implementação, sendo importante conter: linha de base, avaliação de meio termo e avaliação final. O documento deve conter cronograma de prazos e resultados esperados, alinhados com as metas do CITinova II. Deve conter métricas de medição tanto de impactos nas condições hídricas e ambientais, quanto das soluções de conservação das Contribuições da Natureza para as Pessoas a partir do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

5.5 - Descrever cenários de riscos e considerar soluções alternativas e/ou complementares para a implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

5.6 - Conduzir, facilitar e articular conversas com possíveis potenciais pagadores, do setor público e privado, que possam ser incorporados no Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento;



5.7 – Considerar realizar um acordo de cooperação técnica com o Governo do Estado do Pará para garantir a institucionalização e continuidade do Projeto-Piloto de PSA Hídrico, mesmo se houver mudança de gestão durante a implementação.

5.8 - Consolidar o documento de proposta de desenho do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUT e sua zona de amortecimento que considere todas as informações obtidas nas etapas anteriores.

5.9 - Validar com o Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica do Projeto CITInova II.

Etapla 6: Validação do Projeto-Piloto de Pagamento Por Serviços Ambientais (PSA) Hídrico no PEUT e sua zona de amortecimento

Esta etapa visa validar o Projeto-Piloto de PSA Hídrico do PEUT e sua zona de amortecimento, com os atores locais envolvidos, por meio de processo de consulta pública, assegurando a inclusão das contribuições e alinhamento com as comunidades beneficiárias que apoiaram no processo elaboração. Mas também, consolidar um documento final que considere a aprovação técnica do Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica do Projeto CITInova II.

Produto 6.1 – Relatório de Processo de Consulta Pública sobre o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUT e sua zona de amortecimento

Atividades:

6.1.1 – Estruturar metodologia para o Processo de Consulta Pública, que inclua um questionário online, a ser disponibilizado amplamente, e a realização de um evento presencial. Devem ser estabelecidas ferramentas participativas e mecanismos que permitam coletar e guardar os dados de forma ampla e acessível a todos os participantes, considerando as sensibilidades e vulnerabilidades locais.

6.1.2 – Elaborar questionário, validar metodologia e acordar melhor data para o evento de Consulta Pública com o Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica do Projeto CITInova II.

6.1.3 – Divulgar amplamente o processo de Consulta Pública, enviando os questionários para os atores envolvidos, no PEUT e sua zona de amortecimento, e convidando para o evento presencial.

6.1.4 – Articular com o Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica do Projeto CITInova II a realização, convites e divulgação do Evento de Consulta Pública. Indica-se que seja realizado em um período de até 4 horas (manhã ou tarde), no espaço do IDEFLOR-Bio dentro do próprio Parque do Utinga, considerando um público de até 100 pessoas de forma presencial, sem acréscimos de custos logísticos.



6.1.5. Realizar o Evento de Consulta Pública, convidando os atores pertinentes, incluindo os órgãos governamentais e todas as pessoas já engajadas e envolvidas na construção do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

6.1.6 – Elaborar o Relatório de Consulta Pública completo, com registros do Evento e com todas as contribuições sistematizadas, de modo que essas possam ser avaliadas e integradas posteriormente ao documento final.

Produto 6.2 – Documento Final Validado do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

Atividades:

6.2.1 – Apresentar as sugestões relevantes obtidas pelo processo de consulta pública para o Grupo de Trabalho e Equipe Técnica do Projeto CITInova II e validar o que deve ser incorporado ou não ao Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

6.2.2 - Elaborar o Documento Final Validado do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento. Como anexo, devem conter as explicações das considerações integradas ou não.

6.2.3 – Reunir com o Grupo de Trabalho e Equipe Técnica do Projeto CITInova II para analisar a melhor forma de comunicar às pessoas que contribuíram na consulta pública sobre o Documento Final.

Etapa 7 - Institucionalização do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

Como parte importante do processo posterior à Validação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, esta fase pretende garantir a melhor forma de institucionalização. Esta análise e definição deve ser feita com base no diálogo com atores locais e nos meios normativos já disponíveis, considerando o cronograma, viabilidade e celeridade para a implementação.

Produto 7 – Proposta para institucionalização do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

7.1 – Realizar uma reunião com os pontos focais indicados pela Equipe Técnica do Projeto CITInova II para definir possibilidades mais rápidas e eficazes para institucionalizar o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, considerando o cronograma previsto.



7.2 – Construir uma proposta de documento legal para a Institucionalização Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, que pode envolver desde minuta normativa até acordo de cooperação, a depender do que for alinhado com os atores locais.

7.3 – Estruturar, se necessário, os acordos de cooperação técnica para institucionalizar e implementar o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento. Sempre dar encaminhamentos validados junto ao Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica do Projeto CITInova II.

7.4 - Articular e acompanhar decisões junto aos potenciais pagadores, , públicos ou privados, identificados anteriormente, de modo que a institucionalização garanta a execução dos recursos para o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

7.5 – Apoiar a formalização e divulgação da Institucionalização do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

Etapas 8 - Implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt

Esta etapa consiste na efetivação da Proposta do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUT e sua zona de amortecimento, considerando todo o processo anterior, realizando a implementação a partir do que foi validado e institucionalizado.

Produto 8 – Aplicação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

8.1.1 – Acordar com o Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica do Projeto CITInova II uma data de lançamento do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, para marcar oficialmente o início das atividades, sem comprometer o cronograma de execução.

8.1.2 – Executar o Plano de Ação para o PEUt e sua zona de amortecimento. Devem ser realizados os registros com relatórios das atividades desenvolvidas, incluindo lista de presença, imagens das ações e destaque para os resultados alcançados.

8.1.3 - Realizar a coleta de informações que alimentem os indicadores definidos no Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto-Piloto PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

8.1.4 – Verificar brechas na aplicação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico após etapa intermediária de monitoramento, avaliando o que está funcionando e o que precisa ser ajustado para alcançar os resultados esperados.



8.1.5 – Informar ao Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica caso haja problemas ou dificuldades durante o processo de implementação que precisem de alguma tomada de decisão ou suporte em outras instâncias de articulação.

8.1.6 – Utilizar o canal de ouvidoria do Projeto CITinova II para receber reclamações e solicitações, a fim de monitorar e garantir a transparência e inclusão nos processos. Também pode ser pensado a elaboração ou uso de um canal complementar junto com o Grupo de Trabalho.

8.1.7 - Dar suporte durante toda a implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico, de modo que todos os atores envolvidos possam contar com acompanhamento técnico.

8.1.8 - Verificar periodicamente a funcionalidade dos mecanismos financeiros e da estrutura de governança do Projeto-Piloto do PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, e sempre que necessário, repactuar e propor soluções flexíveis e adequadas que não comprometam o cronograma de execução.

8.1.9 – Realizar reuniões periódicas com a Equipe Técnica do Projeto CITinova II, que pode incluir atores locais chave e o Grupo de Trabalho, para acompanhamento e diálogos do início ao fim da implementação.

8.1.10 – Entregar um relatório final de implementação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, com principais apontamentos e registros realizados ao longo do período de execução.

8.1.11 – Consolidar o documento do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento atualizado, contendo as revisões e ajustes necessários identificados ao longo do processo de implementação.

8.1.12 – Elaborar um resumo executivo sobre o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, em formato explicativo e com linguagem acessível para ser compartilhado com um público diverso.

Etapa 9 – Consolidação do Monitoramento e Avaliação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

Esta etapa consiste em consolidar as informações definidas no Plano de Monitoramento e Avaliação proposto e validado anteriormente. Por meio desta etapa será possível avaliar o processo de desenvolvimento e alcance de resultados obtidos com o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.

Produto 9.1 – Documento Consolidado de Análise do Monitoramento e Avaliação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento

9.1.1 – Sistematizar todos os avanços e resultados alcançados a partir da linha de base dos indicadores definidos. O relatório deverá ser entregue em formato Word e as

planilhas que compoñham o documento também deverão ser entregues em formato Excel para melhor gestão de dados pela Equipe Técnica do Projeto CITInova II.

9.1.2 – Apresentar as análises de resultados alinhados com as metas do Projeto CITInova II. Caso alguma meta não seja alcançada em sua totalidade, deverá ser descrito o contexto e a explicação da ocorrência.

9.1.3 – Elaborar o Documento Consolidado de Monitoramento e Avaliação, a fim de demonstrar os maiores resultados alcançados, evidenciando as potencialidades para replicação ou escalonamento, considerando a construção de um material que útil para utilizar com diversos públicos e financiadores. Nesse sentido, a linguagem precisa ser clara e podem ser usados elementos de apoio, como imagens, dados e infográficos ilustrativos e demonstrativos.

9.1.4 – Validar entrega com a Equipe Técnica do Projeto CITInova II

9.1.5 – Realizar uma reunião de devolutiva aberta ao público, sobretudo os atores locais chaves, dos órgãos públicos e privados, além das famílias beneficiárias engajadas no processo de implementação do PSA Hídrico, de modo demonstrar cenários comparativos das melhorias alcançadas e da importância da continuidade do mecanismo aplicado. Sugere-se que esta atividade seja presencial, utilizando espaço do IDEFLOR-Bio no Parque do Utinga, em meio período, para até 100 pessoas, sem acréscimos de custos logísticos. Caso seja virtual, garantir articulação e presença das partes interessadas.

Etapa 10 - Registro de lições aprendidas, boas práticas e experiências

Esta etapa integra Gestão do Conhecimento dentro do Projeto CITInova II, e estará alinhada com todos os produtos e contratações realizadas.

Produto 10 - Relatório de lições aprendidas, boas práticas e experiências

10.1 – Realizar registro de lições aprendidas, boas práticas e experiências e sistematizar as experiências nas atividades realizadas durante todo o período de contratação, a partir do roteiro e modelo disponibilizados, conforme orientações da Equipe Técnica do Projeto CITInova II. Caso necessário, podem ser feitas complementações e ajustes aos modelos disponibilizados.

10.2 – Fazer repasses periódicos sobre a temática com o Grupo de Trabalho e da Equipe Técnica do Projeto CITInova II, quando solicitado.

10.3 – Apresentar documento consolidado de lições aprendidas, boas práticas e experiências, conforme alinhado e disponibilizado, dentro o período de toda a realização desta consultoria para o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento.



8. FORMAS DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar para análise do Grupo de Trabalho (GT) e da Equipe Gestora do Projeto. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação, a CONTRATADA deverá proceder às alterações, com atenção e celeridade, até que o produto atenda às exigências solicitadas, chegando à versão final validada.

NOTA 1: A Equipe técnica poderá solicitar no máximo 03 (três) revisões de cada produto entregue. Para essas revisões, estabelece-se um prazo máximo total de **30 (trinta) dias** para que a CONTRATADA realize os devidos ajustes, não significando que cada revisão disponha, individualmente, desse mesmo prazo.

NOTA 2: A aprovação dos produtos será condicionada aos critérios estabelecidos, mas em termos gerais será avaliado pela aderência ao escopo e às atividades previstas, à adequação ao contexto local, à clareza, profundidade e organização do conteúdo, à qualidade técnica e metodológica, à fundamentação analítica com uso de referências pertinentes e ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

A CONTRATADA deve elaborar todos os produtos, intermediários ou finais, de forma concisa e coesa, sendo escritos conforme as regras gramaticais formais da língua portuguesa, seguindo as normas da ABNT e atendendo à identidade visual do Projeto CITInova II.

NOTA 3: As entregas para a revisão deverão ser feitas em WORD. Após aprovação, a entrega final deve estar tanto em formato editável, quanto em PDF.

NOTA 4: A Equipe Gestora e os financiadores terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas pela CONTRATADA.

A CONTRATADA fornecerá todos os materiais de comunicação, sendo os arquivos fotográficos e de vídeo deverão ser entregues em alta qualidade, junto com os termos de direitos de imagens assinados (em caso de incluir pessoas). Os arquivos fotográficos e de vídeo brutos devem ser entregues por meio de pasta em nuvem para download, cujo link deve ser compartilhado por e-mail com a Equipe do Projeto. Os arquivos devem estar disponíveis durante todo o período do contrato.

NOTA 5: Os documentos deverão ser encaminhados para o FUNBIO, em meio digital por e-mail, para contratos@funbio.org.br e citinova2@funbio.org.br, com cópia para citinova2@gmail.com.

O Governo da República Federativa do Brasil reterá todos os direitos de propriedade intelectual dos produtos resultantes deste Termo de Referência. O Contratante (Funbio), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o PNUMA/GEF poderão fazer uso desses produtos conforme as regras definidas no Acordo de Cooperação celebrado entre o Funbio e o MCTI em 02/09/2025.

9. CRONOGRAMA DE ENTREGAS E FORMAS DE PAGAMENTO



A duração total dos trabalhos para conclusão das atividades do presente termo de referência está estimada em no máximo de 570 dias, sendo aceito a entrega e finalização antecipada.

Etapa	Produtos	Prazo de entrega após assinatura do contrato (dias corridos)	Valor (%)
1. Elaboração de plano de trabalho, Plano de Comunicação e Engajamento	1.1 - Plano de trabalho e matriz de marco lógico 1.2 - Plano de Comunicação e Engajamento	14	2%
2. Diagnóstico Socioambiental, Jurídico e Institucional do PEUt	2.1 – Diagnóstico Socioambiental 2.2 – Diagnóstico Jurídico e Institucional	66	4%
3. Diagnóstico Participativo do PEUt e sua zona de amortecimento	3 – Documento de Diagnóstico Participativo do PEUt e sua zona de amortecimento	118	16%
4. Estudo de viabilidade técnica e financeira para o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	4 – Documento síntese de viabilidade do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	175	4%
5. Proposta de Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	5 – Documento de Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	227	4%
6. Validação do Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	6.1 – Relatório de Evento de Consulta Pública sobre o Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	294	6%
	6.2 – Documento Final de Validação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	331	3%
7. Institucionalização do Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	7 – Proposta de institucionalização do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEU e sua zona de amortecimento	383	6%



8. Implementação do Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	8 – Aplicação do Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	555	47%
9. Consolidação de Monitoramento e Avaliação	9 – Documento Consolidado de Análise do Monitoramento e Avaliação do Projeto-Piloto de PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento	570	4%
10. Registro de lições aprendidas, boas práticas e experiências	10 - Relatório de lições aprendidas, boas práticas e experiências	570	4%

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (nota fiscal) e após a emissão do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, MCTI, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

10. RESPONSABILIDADES

a. Definições para a Contratada

Todos os gastos com materiais, equipamentos, administração, recursos humanos e demais despesas necessárias para a execução das atividades, correrão por conta da CONTRATADA. Todos os gastos a serem realizados pela CONTRATADA deverão fazer parte da sua proposta, bem como, quando aplicável, a estimativa de número de viagens, tempo de permanência e número de pessoas a serem deslocadas.

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de honorários e de permanência de sua equipe no período completo de execução do contrato. Isto inclui todos os outros custos logísticos, além de todos os materiais e equipamentos necessários para a realização de suas atividades.

A CONTRATADA ficará responsável por coletar, guardar e compartilhar com a CONTRATANTE todos os dados e informações coletados, além dos demais materiais produzidos no processo de elaboração e implementação do PSA Hídrico no PEUt e sua zona de amortecimento, conforme atividades e produtos previstos neste termo de referência.

A CONTRATADA deverá realizar reportes periódicos do andamento das atividades realizadas, apresentando processos ou documentos, sejam intermediários ou finais, para a Equipe Gestora do Projeto, de forma virtual, sempre que solicitado.

A CONTRATADA deverá solicitar formalmente junto aos órgãos competentes as informações pertinentes, como dados, mapas, estudos, entre outros, conforme necessidade de realização das atividades.

A CONTRATADA deverá incluir as logomarcas do Projeto CITinova II, do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) e dos entes públicos indicados pela Equipe Gestora do Projeto. A aplicação das marcas deverá considerar as diretrizes de uso de marca de cada instituição e o manual de identidade visual do Projeto CITinova II. Todos os materiais de comunicação deverão ser aprovados pelo(a) Assessor(a) de Comunicação da Equipe Gestora do Projeto CITinova II antes da sua impressão, confecção e divulgação.

A CONTRATADA terá até 7 dias corridos para realizar as indicações de correção e reenviar o produto ajustado para nova avaliação. Poderá ser pactuado novo prazo por escrito entre as partes caso seja de comum acordo a necessidade de extensão do prazo, devido à complexidade do ajuste/devolutiva, respeitando os prazos do cronograma deste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais de comunicação e materiais para oficinas/encontros para revisão por parte da Equipe técnica do Projeto antes da divulgação e/ou sua utilização. O prazo para revisão dos materiais de comunicação e para oficinas/encontros e atividades pela Equipe Técnica do Projeto CITinova II será de até 7 (sete) dias úteis.

b. Definições para a Equipe Técnica

A Equipe Técnica do Projeto CITinova II é responsável pelo briefing inicial de alinhamento e do envio dos documentos base, que estejam em posse da Equipe e que sejam necessários para o início das atividades da consultoria.

A avaliação técnica dos produtos entregues será de responsabilidade da Equipe Técnica do Projeto CITinova II. Como parte importante da estrutura de governança, haverá um grupo revisor, que contará com a participação de atores locais chaves, especialmente Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e IDEFLOR-Bio.

A revisão dos produtos será de responsabilidade da Equipe Técnica com base no cronograma descrito e com prazo de até 30 dias de devolutiva solicitando os ajustes pertinentes.

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em todas as etapas do trabalho estarão a cargo da Equipe Técnica do Projeto CITinova II.



A validação de produtos também é de responsabilidade da Equipe Técnica do Projeto CITInova II.

Para as demandas de comunicação, inclui-se o alinhamento obrigatório com a Assessora de Comunicação do Projeto CITInova II.

A Coordenação Técnica Metropolitana também dará suporte e apoio na articulação local, buscando disponibilizar listas de contatos e acompanhar as atividades desenvolvidas localmente.

11. AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

a. Qualificação da Consultoria

A experiência da CONTRATADA deverá ser atestada mediante apresentação de documentação que comprove:

- a) Critério Eliminatório: no mínimo 1 experiência prévia em Elaboração de Projetos de Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- b) Critério Eliminatório: no mínimo 1 experiência prévia em Implementação de Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- c) Critério Classificatório: experiências de atuação com Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) de enfoque **Hídrico**;
- d) Critério Classificatório: experiências em articulação com atores locais, demonstrando capacidade de lidar com diferentes perfis, desde o âmbito governamental ao comunitário, considerando as questões de vulnerabilidade social e inclusão de gênero;
- e) Critério Classificatório: experiências com Coordenação de Projetos na área de Conservação Ambiental com enfoque em Contribuições da Natureza para as Pessoas;
- f) Critério Classificatório: experiências de atuação com projetos socioambientais na Região Metropolitana de Belém.

O não atendimento a qualquer um dos critérios eliminatórios descritos acima acarretará a desclassificação da empresa do processo seletivo.

Os critérios classificatórios ajudam com a pontuação de acordo com as especificidades necessárias no perfil.

A qualificação da empresa será verificada por meio comprovação de experiências anteriores. Será necessário apresentar documentos comprobatórios nesse âmbito, tais como atestados de capacidade técnica emitidos por contratantes anteriores, declarações de experiência acompanhadas de contratos e/ou termos de referência



executados. Podem ser apresentadas publicações técnicas, estudos ou relatórios produzidos pela empresa, quando aplicável.

Será avaliado o perfil da consultoria, sendo desejável apresentar um histórico de atuação em projetos de natureza similar ao deste Termo de Referência. Será considerado um diferencial a experiência, expertise e domínio técnico.

b. Qualificação da Equipe Profissional

A experiência do corpo técnico deverá ser atestada mediante apresentação de documentos que comprovem sua experiência prévia conforme definidos nos critérios de avaliação, como atestados de capacidade técnica emitidos por contratantes anteriores, declarações de experiência acompanhadas de contratos e/ou termos de referência executados, bem como publicações técnicas, estudos ou relatórios, comprovação em carteira de trabalho, entre outros.

A equipe profissional proposta será avaliada ainda pela composição considerando os seguintes critérios gerais:

- Critério Classificatório: a equipe apresenta uma composição equilibrada entre integrantes homens e mulheres, evidenciando um compromisso com a equidade de gênero (50% ou mais integrantes da equipe são mulheres).
- Critério Classificatório: a equipe apresenta diversidade nos perfis contratados. Entende-se por diversidade profissionais autodeclarados negros(as), LGBTQIA+, indígenas e outras minorias.

O não atendimento a qualquer um dos critérios eliminatórios descritos abaixo acarretará a desclassificação do(a) profissional integrante da equipe mínima obrigatória implicará automaticamente a desclassificação da instituição proponente.

Além disso, devem ser garantidos, como mínimo, a composição de uma equipe técnica que contemple os seguintes perfis de profissionais:

1) Coordenador Técnico:

Critérios eliminatórios:

- a) Profissional com no mínimo 5 (cinco) anos de experiência em coordenação e gestão de projetos na área socioambiental.
- b) Formação acadêmica na área da Engenharia Ambiental e Sanitária, Biologia, Engenharia Florestal, Ciências Ambientais ou qualquer outra área correlata que tenha comprovada capacidade técnica para cumprir o objeto deste termo de referência.



Critérios classificatórios:

- c) Pós-graduação na área será um diferencial, sendo progressiva a pontuação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.
- d) Serão valorizadas experiências específicas de atuação com Mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais, sobretudo o enfoque Hídrico.
- e) A atuação ou vivência local na Região Metropolitana de Belém é um diferencial que será considerado.

2) Especialista em Comunicação:

Critérios eliminatórios:

- a) Profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência na área de comunicação.
- b) Formação acadêmica na área de Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda ou qualquer outra área correlata que tenha comprovada capacidade técnica para cumprir o objeto deste termo de referência.

Critérios classificatórios:

- c) Pós-graduação na área será um diferencial, sendo progressiva a pontuação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.
- d) A atuação ou vivência local na Região Metropolitana de Belém é um diferencial que será considerado.

3) Especialista em Economia Ambiental:

Critérios eliminatórios:

- a) Profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência na área de Economia Ambiental.
- b) Formação acadêmica na área de Economia, Administração, Contabilidade, Engenharia Ambiental, Direito ou qualquer outra área correlata que tenha comprovada capacidade técnica para cumprir o objeto deste termo de referência.

Critérios classificatórios:



- c) Pós-graduação na área será um diferencial, sendo progressiva a pontuação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.
- d) Serão valorizadas experiências específicas de atuação com Mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais, sobretudo o enfoque Hídrico.
- e) A atuação ou vivência local na Região Metropolitana de Belém é um diferencial que será considerado.

4) Especialista Socioambiental:

Critérios eliminatórios:

- a) Profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência na Área Socioambiental.
- b) Formação acadêmica na área de Ciências Sociais, Ciências Ambientais, Geografia, Biologia, Engenharia Ambiental ou qualquer outra área correlata que tenha comprovada capacidade técnica para cumprir o objeto deste termo de referência.

Critérios classificatórios:

- c) Pós-graduação na área será um diferencial, sendo progressiva a pontuação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.
- d) Serão valorizadas experiências específicas de realização de diagnósticos participativos.
- e) Serão consideradas como diferencial as experiências com mobilização social, com diferentes atores, considerando vulnerabilidades e questões de gênero.
- f) A atuação ou vivência local na Região Metropolitana de Belém também será valorizado.

5) Especialista em Direito Ambiental:

Critérios eliminatórios:

- a) Profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência na área de Direito Ambiental.



- b) Formação acadêmica na área de Direito.

Critérios classificatórios:

- c) Pós-graduação na área será um diferencial, sendo progressiva a pontuação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.
- d) Serão valorizadas experiências específicas de atuação com Mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais, sobretudo o enfoque Hídrico.
- e) A atuação ou vivência local na Região Metropolitana de Belém é um diferencial que será considerado.

6) Especialista em Meio Ambiente e Conservação:

Critérios eliminatórios:

- a) Profissional com no mínimo 3 (três) anos de experiência na área de Meio Ambiente e Conservação.
- b) Formação acadêmica na área de Engenharia Ambiental, Biologia ou qualquer outra área correlata que tenha comprovada capacidade técnica para cumprir o objeto deste termo de referência.

Critérios classificatórios:

- c) Pós-graduação na área será um diferencial, sendo progressiva a pontuação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.
- d) Serão valorizadas experiências específicas de atuação com Mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais, sobretudo o enfoque Hídrico.
- e) A atuação ou vivência local na Região Metropolitana de Belém é um diferencial que será considerado.

12. EQUIPE TÉCNICA

Equipe do Projeto CITInova II responsável por este termo de referência: